

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pedro Vilarinho Castelo Branco.¹

RESUMO: O artigo analisa as circunstâncias históricas e os personagens que protagonizaram o processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro nos anos iniciais da década de 1820. Na construção do argumento, avalia-se o percurso da Capitania do Piauí no contexto colonial da América portuguesa, mostrando as singularidades da referida capitania no contexto colonial e apontando algumas pistas das relações políticas, das conexões entre as capitanias do Piauí e do Maranhão e dos vínculos que se fizeram presentes no momento da emancipação política. Finaliza-se o argumento com algumas reflexões sobre a incompletude das reformas políticas e sociais desejadas pela população e a forma como esses limites do processo histórico de emancipação levaram a outras movimentações e manifestações políticas no decorrer da primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Emancipação política. Capitania do Piauí. Jogos de poder.

ABSTRACT: The article analyzes the historical circumstances and the characters that played a leading role in the process of accession of Piauí to the Brazilian National State in the early years of the 1820s, showing the singularities of the aforementioned captaincy in the colonial context, as well as giving some clues to the political relations, the connections between the Captaincies of Piauí and Maranhão and how these bonds were present at the time of political emancipation, we end the argument with some reflections about the incompleteness of the political and social reforms desired by the population and the way in which these limits of the historical process of emancipation led to other political movements and manifestations during the first half of the 19th century.

Key-words: Political emancipation. Captaincy of Piauí. Power games.

RESUMEN: El artículo analiza las circunstancias históricas y los personajes que protagonizaron el proceso de adhesión de Piauí al Estado Nacional Brasileño en los primeros años de la década de 1820, mostrando las singularidades de la citada capitania en el contexto colonial, además de dar algunas pistas sobre las relaciones políticas, las conexiones entre las Capitanías de Piauí y Maranhão y cómo estos lazos estuvieron presentes en el momento de la emancipación política, finalizamos **el argumento con algunas** reflexiones sobre el carácter incompleto de las reformas políticas y sociales anheladas por la población y la forma en que estos límites del proceso histórico de emancipación dieron lugar a otros movimientos y manifestaciones políticas durante la primera mitad del siglo XIX.

Palabras clave: Emancipación política. Capitanía de Piauí. Juegos de poder.

¹ Professor do Departamento de História e Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí - IHGPI. Líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (DGP-CNPq)- Pesquisador do Grupo de Pesquisa - Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX. (DGP-CNPq).

A proposta do artigo é analisar as circunstâncias históricas e os personagens que protagonizaram o processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro. Na construção do argumento, avaliaremos, inicialmente, o percurso da Capitania do Piauí no contexto colonial da América portuguesa, mostrando o que singulariza a referida capitania no contexto colonial e, na sequência, trataremos especificamente da conjuntura histórica do começo dos anos 1820, momento em que ocorreu o processo de ruptura política entre os Reinos do Brasil e de Portugal. Na construção da reflexão, utilizaremos particularmente trabalhos historiográficos que tratam da temática da emancipação política do Brasil e especificamente da adesão do Piauí a esse movimento.²

Os territórios que formaram a Capitania de São José do Piauí, criada no século XVIII, são frutos do processo de expansão colonial para o sertão, desenvolvido com a propagação do criatório do gado bovino, da atividade dos bandeirantes que faziam guerra e apreendiam indígenas que seriam encaminhados ao trabalho escravo, bem como do incremento das ações de catequese, sobretudo dos jesuítas pelo sertão.³

Segundo Luiz Mott, as referências ao Piauí até a segunda metade do século XVIII, tratam do gado, das imensas e incontáveis fazendas de criação, que se espriavam pelas áreas que margeavam os rios da região a ocupar pastagens naturais. Os investimentos para o aumento da atividade econômica eram baixos, a demanda por mão de obra, diminuta, e as fazendas se multiplicavam à medida que o gado se reproduzia e aumentava. A iniciativa e os investimentos no empreendimento eram principalmente privados, feitos por fazendeiros já instalados na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, e interessados em expandir seus domínios no sertão, ficando a Coroa com a função de legitimar os domínios desses potentados nas áreas conquistadas.⁴

² Entre as principais produções historiográficas que tratam do Piauí no processo de Independência do Brasil podemos apontar: NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. BRANDÃO, Wilson de Andrade. **história da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí** Tomo II. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Volume 02. Teresina: FUNDAPI/ Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2007. DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850**. Tese de Doutorado na UFRJ. Rio de Janeiro. 1998. BRITO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional**. Teresina: FUNDAPI. 2007.

³ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974.

⁴ MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC. 2010.

A forma como se deu a ocupação colonial desses espaços acabou por definir o volume e a distribuição da população no território piauiense, fazendo com que assumissem historicamente caráter diminuto e disperso. As fazendas para criação do gado, principal atividade econômica da região nos séculos iniciais da sua formação, também eram os núcleos do povoamento colonial. Diante dessa realidade, a vida rural era preponderante e as atividades urbanas não ganhavam relevância.⁵

Além da atividade pecuária, o Piauí chamava a atenção das autoridades reinóis por sua posição geográfica, a Coroa tinha, entre seus interesses, a expansão efetiva dos seus domínios pelas áreas do interior do continente, mas, particularmente, o descobrimento de um caminho que fizesse a comunicação, por terra, entre os núcleos coloniais mais ao norte, principalmente, para a Capitania do Maranhão e as Capitanias de Pernambuco e da Bahia, o que, inevitavelmente, levaria à exploração e mesmo a ocupação das terras entre a serra da Ibiapaba e o rio Parnaíba, limites geográficos do Piauí.⁶ Assim, as estratégias de criação de caminhos que viabilizassem a comunicação, pelo interior, entre os núcleos de colonização portuguesa, passavam necessariamente pelos territórios que formam o Piauí, e se confundiam com os caminhos do gado, que se transportava a pé pelo sertão.⁷

Os territórios do Piauí passaram algumas décadas como áreas de administração indefinida entre as autoridades reinóis instaladas no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia, até que, nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa portuguesa foi definindo que a jurisdição do território do Piauí deveria pertencer ao Maranhão. Dessa forma, o que pretendemos demonstrar é que, no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o Piauí começou a ser inventado como uma Capitania colonial da América Portuguesa e que, processualmente, foi ganhando a forma de uma Capitania subordinada ao Maranhão, permanecendo assim até 1759, quando João Pereira Caldas tomou posse como primeiro Governador da Capitania. A subordinação do Piauí ao Maranhão, nos seus diferentes aspectos (administrativo, judicial, eclesiástico e comercial) se deu de forma intermitente e continuada e teve repercussões no processo histórico do Piauí,

⁵ MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC. 2010. P.15-53

⁶ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010. P. 58.

⁷ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 39.

particularmente, no período de emancipação política da região, conforme veremos adiante.⁸

Região caracterizada como área de expansão interna e sem grandes dotes econômicos, o Piauí não atraiu a atenção e maiores preocupações da Coroa Portuguesa que tinha como foco central áreas economicamente mais rentáveis do seu imenso Império de natureza multicontinental⁹, deixando seu processo de conquista e ocupação por conta da iniciativa de grupos privados interessados sobretudo na aquisição de terras e na atividade pecuária. Assim, criou-se na região uma elite de potentados rurais, que, diante da ausência do Estado, impôs seu poder privado e assumiu o protagonismo necessário nas práticas cotidianas. Dessa forma, seguindo antigas tradições cultivadas, desde o início da ocupação do espaço geográfico, surgiram, nas fazendas controladas pelos potentados rurais, pequenos bandos armados, homens prontos a defenderem a honra e os interesses do seu senhor.¹⁰

Russel-Wood, ao tratar das estratégias da Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVII, no sentido de aumentar o controle sobre as áreas coloniais do seu Império, corrobora a afirmação anterior, ao asseverar que alguns grupos ficaram fora dessa política. Era esse o caso dos proprietários de fazendas de gado no sertão, onde o estilo de vida, as condições do meio e a ausência do Estado, levavam esses proprietários a operar nos limites entre a civilização e a barbárie, sem cumprirem efetivamente os éditos e as leis portuguesas.¹¹

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa, desta feita, contando com a orientação do Marquês de Pombal, passou a buscar mecanismos que dessem maior eficácia à sua política de controle e fiscalização nas áreas coloniais, principalmente em áreas de expansão como o Piauí, com ações que objetivavam diminuir as distâncias e a inacessibilidade da região para, assim, romper com o espírito de autossuficiência que caracterizavam os senhores dessa região.¹² Uma das estratégias do Estado português no

⁸ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010.P.79

⁹ RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250.P.207

¹⁰ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e virilidades na produção discursiva de Abdias Neves. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, 17(2), 502-521.

¹¹ RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250.P.213

¹² RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda. 2008. P.15

século XVIII foi a implantação de uma cidadania padrão, laica e culturalmente europeia. Era necessário dar maior potência aos interesses e ditames do estado laico e civil. E um dos mecanismos para alcançar esse objetivo era a criação de cidades e vilas organizadas dentro de modelos urbanos preconcebidos de forma racional. A cidade seria instrumento civilizacional, local onde a cultura europeia deveria se impor, fazendo com que as populações sertanejas rompessem com a lógica organizacional e as formas de sociabilidades próprias da cultura dos silvícolas. Era imperativo que as cidades servissem como pontos, a partir dos quais o Estado se faria presente, de tal modo que pudesse fiscalizar os súditos e a forma como recebiam as determinações reais.¹³

Na década de 60 do século XVIII, a Coroa Portuguesa, resolvendo assumir de forma específica o controle sobre as áreas do sertão, nomeou João Pereira Caldas primeiro Governador da Capitania do Piauí, o qual tomou posse em 1759. Na sequência, cumprindo as ordenações da Coroa Portuguesa, o referido gestor passou a implantar nas áreas, agora sob seu comando, as estratégias administrativas que procuravam potencializar o poder e as intenções do monarca. Elevou a Vila da Mocha à categoria de cidade e seis freguesias à categoria de vilas, ao tempo em que instituía também regimentos de cavalaria auxiliar, que deveriam agregar pessoas gradas da sociedade local. O objetivo era criar núcleos urbanos, onde pudesse se instalar uma estrutura administrativa do Estado português, em que as instituições de Estado, como o governador da capitania, as autoridades militares, judiciais e fiscais atuassem, com a finalidade de potencializar a presença e a eficácia da Coroa, minimizando, conseqüentemente, a potência dos poderes privados exercidos pelos potentados rurais do sertão.

Os potentados rurais ainda seriam convidados a participar das ações de governança da Coroa na região, na medida em que foram chamados a ocupar funções públicas militares e também civis, particularmente, nas Câmaras. A política do Marquês de Pombal procurava encorajar pessoas nascidas no Brasil a compartilharem alguns aspectos da administração colonial¹⁴, no entanto, no Piauí, essa estratégia era vista com reservas pelos potentados rurais, prova disso foi a dificuldade do governador Pereira Caldas em preencher os cargos militares criados pelo Decreto Real.

¹³ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística do Período Pombalino IN: **ÁGORA**. Santa Cruz do Sul, Vol 1, pg.61-82, março de 1995.p.81

¹⁴ RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250. p.206.

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A região do sertão também se caracterizava como área de atuação dos padres da Companhia de Jesus, instituição que foi alvo das ações do Marquês de Pombal. No Piauí, além do trabalho de catequese, os jesuítas eram grandes fazendeiros, donos de imensas propriedades de terra, gado e escravos. De maneira clara, percebem-se, nas intenções da Coroa e nas missões que cabiam ao Governador Pereira Caldas, não apenas o aprisionamento e a retirada de todos os jesuítas da Capitania, mas também a tomada de posse das propriedades e ainda o controle sobre as populações indígenas que se encontravam, até então, sob a tutela dos padres jesuítas na região.¹⁵

Em síntese, a criação das primeiras estruturas de poder da Coroa Portuguesa no Piauí, ocorreu com a clara intenção de minimizar a potência da Companhia de Jesus e ainda dos potentados rurais. Se a principal atividade econômica da região não chamava a atenção da Coroa Portuguesa para investimentos fiscalizadores mais eficientes, a presença dos jesuítas na região, no trabalho de catequese indígena, que lhes facultava o domínio sobre significativos contingentes populacionais de silvícolas e, principalmente, o fato de os clérigos regulares serem ativos proprietários de terras, gado e escravos, era este, sim, um fator determinante para a mudança de postura. Some-se à questão anterior, o fato de os potentados rurais, criadores de gado se caracterizarem como régulos do sertão, senhores da terra, fiéis ao rei, porém refratários a suas determinações e terem razões suficientes para justificar as preocupações e ações administrativas da Coroa Portuguesa na região.

Se o problema dos jesuítas foi resolvido com o aprisionamento e expulsão dos clérigos regulares ocorrido ainda em 1760¹⁶, o controle sobre os potentados rurais mostrou-se mais complexo, sendo objeto de constantes negociações entre as autoridades constituídas pelo rei e os senhores do Sertão, que eram hábeis em negociar, em usar da potência que tinham na região para modificar algumas políticas e propostas vindas da metrópole. Eram homens que manifestavam extrema obediência e fidelidade ao monarca, mas que, muitas vezes, tratavam com hostilidade às autoridades enviadas pelo rei.¹⁷

¹⁵ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p. 129 – 132.

¹⁶ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Tomo I. Rio de Janeiro: Artenova. 1974. p. 135 – 143.

¹⁷ RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no mundo Luso-brasileiro: 1500 1 1808. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n.36, p. 187 a 250. p.207.

A partir de uma presença maior da estrutura de poder da Coroa portuguesa na Capitania do Piauí, os potentados, que já detinham o poder e controlavam as populações e as riquezas da região, passaram a usar esses espaços institucionais, para aumentar o seu poder de mando. Progressivamente, começaram a ocupar os cargos e funções que lhes eram franqueadas pelo monarca e, assim, combinando a força das parentelas com o exercício de cargos públicos, legitimavam a sua autoridade. O poder dos régulos do sertão tornava-se, então, bafejado pelo poder do monarca e da legalidade. Esses potentados eram originários de famílias portuguesas, que migraram para a região no final do século XVII e no século XVIII e que, no Piauí, se entrelaçaram, em casamentos, formando redes familiares, que possibilitaram a preservação e a solidificação de patrimônios familiares, bem como a construção de uma elite econômica local que se consolidou como elite política, que buscava se hegemonizar no poder.¹⁸

Para a Coroa portuguesa, o mais importante era que esses potentados aceitassem o seu domínio, fossem leais súditos do monarca. A aliança entre o monarca e os potentados rurais manteve a estrutura de poder da Coroa portuguesa na Capitania do Piauí, até os começos do século XIX. Quando esse vínculo se fragilizou, na conjuntura política dos anos 1820, a ruptura com a Coroa portuguesa, apareceu como possibilidade, surgiu espaço para outras negociações, ou elas foram direcionadas para outras posições de poder emergentes. Os riscos e o ônus dessa infidelidade eram minimizados com a vantagem de manter um espaço nacional brasileiro e a fidelidade à Casa de Bragança, ao Príncipe Regente D. Pedro, que agora se apresentava como opção de poder. A manutenção da monarquia era a garantia da continuidade das estruturas de poder, das hierarquias sociais, e de uma cultura política, que, para os potentados do sertão, era uma zona de conforto.

Concomitante à criação de uma estrutura administrativa na Capitania do Piauí, o Estado também buscou a criação de serviços de comunicação que facilitassem a governança do lugar, que colocasse os diferentes pontos de povoamento da Capitania em contato com a capital, Oeiras, e desse centro com outras partes da colônia e mesmo com a metrópole. Assim, na segunda metade do século XVIII, progressivamente foi instalado um serviço postal que buscava viabilizar a comunicação entre os núcleos de povoação e

¹⁸ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2012.

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Oeiras, a capital. A intenção era viabilizar ainda a ligação entre o Piauí, o Ceará, Pernambuco, Bahia e mesmo o Mato Grosso e Goiás.¹⁹

O ambicioso serviço postal planejado foi sendo viabilizado aos poucos e ganhou ritmo nas décadas iniciais do século XIX, primeiro, contando com o aumento das comunicações internas entre as vilas do Piauí e a Capital Oeiras e, em seguida, incrementando as relações postais com outras partes do Brasil, particularmente com o Maranhão, Ceará, Bahia e, por intermédio da Bahia, com a Corte, no Rio de Janeiro.

As comunicações no Piauí eram também realizadas pelo litoral. Nesse ponto, a situação geográfica de Parnaíba, próxima à costa marítima, dava a essa vila o privilégio de manter contatos de comércio e de comunicação postal com o Maranhão, com o Ceará, e ainda com outras partes do Brasil e mesmo com o exterior, particularmente com Lisboa.

Esses intercâmbios com outras partes da Colônia, e mesmo de Portugal, ajudavam a quebrar o isolamento em que a população da Capitania vivia até o final do século XVIII, poucos piauienses saíam da Capitania para estudar, o número de pessoas letradas, com formação superior ou eclesiástica era pequeno, e para a imensa maioria da população local, mesmo o letramento era algo sem utilidade prática, além de ser de difícil acesso. O que queremos afirmar é que as comunicações, a circulação de ideias por meio de correspondências, sejam oficiais ou privadas, quebravam o isolamento da capitania, faziam com que as grandes discussões do início do século XIX, atravessassem os mares e as florestas e chegassem até Oeiras e Parnaíba e daí se propagassem para outras localidades e incendiavam os corações e mentes dos piauienses. Na falta de ambiente cultural, onde a palavra escrita circulasse de forma mais intensa, as correspondências faziam com que as notícias e ideias circulassem e provocassem agitações e movimentações políticas.²⁰

No nosso entendimento Oeiras pela sua condição de capital e Parnaíba pela sua localização litorânea e pela característica de se efetivar, ainda no século XIX, como um entreposto comercial no litoral, serão as portas de entrada das notícias que vinham da Europa e dos outros pontos da Colônia.

Em síntese, o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX foram fundamentais para a criação de uma estrutura administrativa no Piauí. Se a Capitania

¹⁹ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 43.

²⁰ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 39 – 45.

continuava sob os aspectos comerciais, judiciários e eclesiásticos fortemente subordinada/vinculada à Capitania do Maranhão, nos aspectos administrativo e político, o Piauí ganhava vida própria, uma identidade, grupos de interesse político se formavam, a vida urbana, ainda que insipiente, surgia, em alguns núcleos como: Oeiras, a capital, e Jerumenha, Valença e Parnaíba, vilas mais próximas a ela e que, assim, ficavam sob sua influência; e ainda as vilas de Parnaíba (no litoral), Campo Maior e Piracuruca, que eram situadas no norte da Capitania, e passavam a reverberar as movimentações políticas que agitavam o império ultramarino português no século XIX.

Levadas por propagandistas de ideias liberais ou por meio de correspondências oficiais e privadas, reverberaram no Piauí, as movimentações e a cena política que deram vida à Revolução de 1817, em Pernambuco. Essa notícia levou o governador Baltazar de Sousa e Vasconcelos a proibir a venda de gado às províncias rebeladas e mesmo reforçar as fronteiras do Piauí em defesa de suposta movimentação rebelde que viria do Crato no Ceará para promover a rebelião. Nos anos seguintes, repercutem no Piauí, a Revolução do Porto, as reações de D. João VI ao movimento, os rumos do processo constitucional em Portugal, as movimentações do Príncipe Regente no Rio de Janeiro e todo o debate em torno dos impasses políticos dos anos entre 1820 e 1824. Em todo esse período, o Piauí não só acompanhou as movimentações políticas, como também promoveu eleições de representantes às Cortes constitucionais e elegeu governos provisórios, eleições que moveram interesses e eram marcadas por disputas por espaço político no âmbito local.

Proclamada a Independência do Brasil em setembro de 1822, intensificaram-se as negociações e disputas em torno da posição a ser tomada pelo Governo do Piauí. No bojo dessa discussão, ganharam relevância pelas posições assumidas, na conjuntura, dois grupos políticos, separados pela história e pela geografia, e que acabaram favorecendo um desfecho favorável à adesão do Piauí ao movimento de emancipação política capitaneado pelo Príncipe Regente D. Pedro. Como tratamos em momento anterior, o jogo do poder e da política no Piauí era extremamente marcado pela presença e pela força das famílias mais empoderadas da região, assim podemos definir um primeiro grupo situado ao norte, mais próximo ao litoral e suas áreas de influência, onde se aglutinavam os Dias da Silva, os Castelo Branco e outras famílias, com vínculos de parentesco e interesses econômicos e políticos. Esse grupo era ligado ao criatório do gado (pecuária) e à sua comercialização em forma de charque. Em Parnaíba se desenvolveram charqueadas que beneficiavam a carne. Esses grupos situados no litoral e no norte da

capitania tinham o comércio da sua produção facilitada pela navegação de cabotagem que os ligavam ao Ceará, ao Maranhão, ao Pará e mesmo à Guiana Francesa.

No centro sul da Capitania do Piauí, havia uma segunda rede familiar, liderada pelos Sousa Martins, ligada a Oeiras. Esse grupo, por sua vez, também era vinculado ao criatório e comercialização do gado, mas, diferente do primeiro, fazia a venda de animais vivos, para feiras de gado em Pernambuco e Bahia, alcançando daí até mesmo as Minas Gerais.

Personagens desses dois grupos vão se envolver diretamente no processo de emancipação política e da adesão do Piauí ao Império do Brasil. Os Dias da Silva e seus aproximados, possivelmente pela posição geográfica distante de Oeiras, centro de poder, e próximos ao litoral e, assim, possivelmente mais permeáveis a ideias novas vindas de outros lugares, vão tomar a dianteira no movimento emancipacionista. Os Sousa Martins, por serem situados em Oeiras, e por já terem participado de Juntas Governativas, assumem posição mais cautelosa e conservadora, e só vão aderir ao movimento emancipacionista, em momento posterior, quando a situação e o cálculo político mostraram que era o momento oportuno para uma tomada de decisão no sentido de aderir à causa da independência, com a movimentação política e militar necessária para derrubar o governo leal a Portugal e realizar a tomada efetiva do poder.

Wilson Brandão, um dos historiadores do processo da independência, nos informa que, no início do ano de 1822, o Piauí já não tinha, oficialmente, outros interesses que não os que coincidissem com os de Portugal. Era uma província lusitana, totalmente desvinculada do Brasil. Nisso, seguia o Maranhão e o Pará. Os três, como se revivessem o passado, com a imorredoura tradição do Estado do Maranhão, chegaram ao extremo de firmar um pacto de ajuda mútua, com a finalidade de manter a todo custo a soberania portuguesa, nessa parte do Brasil.²¹ Como consequência dessa postura, o governo do Piauí, estabelecido por força da legislação impositiva das Cortes portuguesas, deliberadamente passou a excluir D. Pedro, e o Rio de Janeiro no envio de correspondências.

Ao posicionamento anterior, o historiador Joaquim Chaves acrescenta e argumenta que as ações da Coroa Portuguesa em 1821 para com o Piauí são evidências de que realmente haveria um plano de Portugal em conservar pelo menos uma parte dos

²¹ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 83.

seus domínios americanos, em caso de uma rebelião emancipacionista no Brasil. A ideia era manter o norte do Brasil, mais especificamente as capitânicas do Piauí, Maranhão e Grão Pará. Como prova da sua argumentação, Joaquim Chaves aponta o envio do militar João José da Cunha Fidié, um experimentado militar português que havia lutado contra as tropas napoleônicas na Península Ibérica. O militar foi enviado ao Piauí e tomou posse do cargo de Governador das Armas no dia 8 de agosto de 1821. Outro argumento apontado por Joaquim Chaves foi o envio de exagerado volume de armas e munições que aportaram em São Luís do Maranhão e em seguida transportado ao Piauí. Segundo o historiador, investimentos bélicos tão significativos, direcionados a uma região central, sem fronteiras a serem defendidas de inimigos externos, não teria outra função, a não ser, assegurar o domínio, para a Coroa Portuguesa, do Maranhão e das áreas sob sua influência, no caso, as capitânicas do Piauí, Maranhão e Grão-Pará. As tropas e armamentos enviadas ao Piauí, deveriam proteger o Maranhão das investidas das possíveis movimentações armadas vindas de Pernambuco e da Bahia.²²

Segundo Wilson Brandão, as forças políticas majoritárias no Piauí se dividiam em dois grupos: as que eram favoráveis à continuidade da ideia de Reino Unido de Brasil e Portugal tal como fora implantada em 1815, e somente se essa ideia não fosse a saída adotada pelas Cortes constitucionais, seriam a favor de um processo de ruptura política entre Brasil e Portugal, um segundo grupo era favorável ao Reino de Portugal, mesmo que isso implicasse retrocessos políticos para o Brasil. O Governo estabelecido e sediado em Oeiras fazia parte do segundo grupo, sendo absolutamente favorável ao reino de Portugal e às suas determinações. Joaquim Chaves, lançando sua análise para outras posições políticas que iam para além das propostas majoritárias, afirma, nas suas pesquisas sobre a Independência do Brasil, que as posições políticas no Piauí, principalmente fora dos quadrantes mais restritos das grandes parentelas, assumiam caráter mais radical, e ideias republicanas e anarquistas circulavam em cidades como Campo Maior, Parnaíba e Oeiras, escritas em pasquins anônimos, que convocava o povo para a necessidade de ruptura com Portugal, com as Cortes e com todo o processo constitucional que ocorria em Lisboa.²³

²² CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.29-30.

²³ CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.31-32.

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Fora dos quadrantes governistas de Oeiras, a propaganda em favor do processo de emancipação política do Brasil e da adesão do Piauí a essa causa era uma realidade. Em vilas como Campo Maior e Parnaíba, lideranças políticas se movimentavam e propagandeavam a causa da emancipação política. Assim, em 19 de outubro de 1822, pouco tempo depois de tomar conhecimento dos acontecimentos protagonizados por D. Pedro, proclamando a Independência do Brasil, a Câmara de Parnaíba, contando com grande apoio popular, tomou a decisão de aderir à causa emancipacionista e a D. Pedro. Essa movimentação política era capitaneada por homens de grandes cabedais e representação política como o Coronel Simplício Dias da Silva, o Capitão Domingos Dias da Silva, ricos pecuarista, comerciantes e donos de charqueadas, e o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, além de outras lideranças políticas da região.²⁴

Os emancipacionistas parnaibanos, mais próximos a grupos políticos do Ceará, que eram adeptos do movimento de independência, pretendiam exatamente juntarem-se ao movimento que eclodira em outras áreas do Brasil. Essa circunstância lhes dava a sensação profundamente confortadora de que não estavam sozinhos, de que se engajavam a outras forças políticas em defesa de uma causa nobre, a causa do Brasil. Essa percepção era fundamental para aliviar as culpas pelo ato de insubordinação à ordem estabelecida, e mesmo para minimizar os riscos de represálias violentas. Não se estava embarcando em aventura solitária, havia claramente um movimento político significativo e que era apoiado por parte expressiva das outras partes do Reino do Brasil.²⁵

Um ponto evidenciado por Wilson Brandão, no auto de vereação da Câmara de Parnaíba de 19 de outubro de 1822, mostra como não se tinha clara definição dos rumos políticos que as relações entre Portugal e Brasil deveriam tomar, e mostra ainda que muito possivelmente o caminho da conciliação e da união entre os dois reinos era o percurso mais desejado. Assim, segundo o referido historiador, está expresso na documentação que registra a proclamação à adesão ao processo de emancipação política do Brasil o seguinte relato

Então sob aplausos dos circunstantes, são proclamadas nesta vila, a Regência de S. A. R., a Independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras cortes constitucionais do Brasil”,

²⁴ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Piauí** Tomo II. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI. 2010.p.83.

²⁵ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.105.

reconhecido o “Sereníssimo Dom Pedro de Alcântara, Regente e Defensor Perpétuo do Brasil.”²⁶

Pelo que vai oficialmente expresso no documento, a proclamação de 19 de outubro de 1823, em Parnaíba, não defende a separação definitiva com Portugal, mas reafirma o desejo da manutenção da condição de Reino Unido, a defesa do princípio constitucional, desta feita, elaborada por uma Constituinte composta por brasileiros, para regulamentar as relações entre Estado e Sociedade especificamente no Reino do Brasil.

Outrossim, as ideias contidas no documento, ao tempo em que deixam evidenciada a vontade de romper com o passado, com a monarquia absolutista, proclama a autoridade do Príncipe Regente ao tempo em que se mostra ainda fiel ao soberano português D. João VI. Em síntese, o que se quer é a continuidade do *status quo* estabelecido com a criação do Reino Unido em 1815, com a supressão do absolutismo e a instalação do princípio constitucional, com a consequente criação de uma monarquia constitucional no Brasil.²⁷

O desejo dos líderes políticos de Parnaíba era a adesão de todas as Câmaras do Piauí ao movimento, o que fragilizaria a resistência política ao impulso emancipacionista, no entanto, os dias e meses seguintes ao 19 de outubro, se mostraram de pouca adesão das outras câmaras piauienses, e mesmo de uma sonora discordância de Oeiras, onde, além de um governo absolutamente alinhado à causa portuguesa, contava com um militar português como Governador das Armas, sob o comando de quem estavam tropas fiéis a Portugal, aproximadamente 1.100 homens armados e treinados e contando ainda com 11 peças de artilharia.²⁸ Diante dessas circunstâncias desfavoráveis, o medo dos parnaibanos era o de uma represália militar contra Parnaíba, o que se materializou ainda no final de 1822, quando João José da Cunha Fidié, colocou suas tropas em marcha com destino a Parnaíba, situada no litoral, a aproximadamente 500 Km de Oeiras.²⁹

Os insurgentes parnaibanos reagem, solicitam que a marcha militar seja interrompida, que a cidade não seja atacada, mas diante da inevitabilidade do conflito, e da falta de condições militares de resistir à investida bélica, as lideranças políticas

²⁶ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.103.

²⁷ JANCSÓ, István. Brasil: **Formação do Estado e da nação**. São Paulo: Editora Hucitec. 2011.

²⁸ NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006.p.128.

²⁹ Segundo Joaquim Chaves, a situação política no Piauí, e a posição favorável as decisões que emanassem das Cortes em Lisboa, eram afiançadas pela presença do Governador das Armas na Província, o militar português João José da Cunha Fidié. CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDAPI. 2006. P.20.

abandonam a cidade e se refugiam no Ceará. Parnaíba é invadida, saqueada e a ordem reinol reestabelecida.

Enquanto essa trama se desenrolava no norte do Piauí, em Oeiras, as coisas foram mudando de figura com a ausência das tropas portuguesas. O governo estabelecido na Província, continuava fiel às determinações portuguesas e alinhado com o Governo do Maranhão. No entanto, as elites políticas locais, percebendo a fragilização das posições portuguesas em outras províncias do Norte, particularmente na Bahia, em Pernambuco e Ceará, e ainda, a ausência das tropas portuguesas na cidade, começa a mudar de posição, e a assumir a bandeira da adesão do Piauí ao movimento capitaneado pelo Príncipe Regente D. Pedro.

À frente do movimento colocou-se Manuel de Sousa Martins, que havia pertencido à Junta de Governo provisório anterior. Sua força política não vinha apenas dessa experiência administrativa, mas da sua habilidade política, e principalmente das vinculações familiares, da força da parentela, dona de significativas porções de terra, de gado e escravos, e ainda tradicionalmente detentora de postos políticos.³⁰

A causa portuguesa no Piauí sustentava-se na fidelidade das tropas portuguesas chefiadas por Fidié e sediadas na capital, mas principalmente na fidelidade desses potentados rurais que se mantinham fiéis ao soberano português. O ato de rebeldia era ariscado, o cálculo político teria que ser bem-feito. Convencidos da inevitabilidade da vitória da causa emancipacionista e dos possíveis ganhos de capitanear o movimento de rebelião e adesão à causa brasileira, Manuel de Sousa Martins liderou o movimento que, começando pelos conciliábulos feitos às escondidas, passou no dia 24 de janeiro de 1823, à rebelião aberta e à tomada do poder, quase sem resistências por parte da Junta de Governo que comandava Oeiras.

Manuel de Sousa Martins assumiu o Governo do Piauí, de forma provisória, e ato contínuo, proclamou a adesão ao Príncipe Regente. Não podemos afirmar que as motivações de Manuel de Sousa Martins fossem apenas querelas pessoais contra os governantes da Junta provisória que governava Oeiras no momento do movimento de rebelião, nem tão pouco que ele não comungasse dos princípios liberais e patrióticos que moviam muitos, naquela conjuntura histórica. Contudo, é inegável que Manuel de Sousa Martins era marcado por grande habilidade e articulação política e que possuía aguçado

³⁰ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2012.

senso de oportunidade. Assim, informado do andamento das articulações e vitórias do movimento emancipacionista em outras províncias, percebendo o alto grau de inevitabilidade de vitória do movimento e, ainda, a fragilização política e militar da junta de governo de Oeiras, resolve capitanear o processo de rebelião com a consequente adesão do Piauí ao movimento em favor da Independência do Brasil.

A audácia na movimentação política poderia render mercês e espaços políticos a ele e a sua parentela, o que, com certeza, pesou no cálculo. Segundo Wilson Brandão, Manuel de Sousa Martins era um homem circunstancial: sereno ou impetuoso, bravo ou malicioso, seu comportamento estava diretamente relacionado às circunstâncias postas em cada momento.³¹

A percepção de Georges Gardner, quando encontra Manuel de Sousa Martins, em 1839, ainda na condição de Presidente da Província do Piauí, nos auxilia a entender o perfil psicológico desse personagem: “Embora geralmente ignorante, possui grande esperteza e astúcia, qualidades altamente propícias à manutenção do despotismo com que tem regido a província, que por certo tem gozado de mais paz e sossego do que quase todas as outras províncias.”³²

É preciso enfatizar que o sucesso político de Manuel de Sousa Martins, em grande parte, se deu pelas circunstâncias históricas: a distância que as tropas portuguesas estavam de Oeiras, o apoio militar recebido das outras províncias, particularmente do Ceará, a adesão de outros grupos oligárquicos dentro do Piauí, particularmente de Parnaíba e Campo Maior, a fragilização das forças reinóis no Maranhão, mas, não menos importante, é preciso enfatizar que a capacidade de Manuel de Sousa Martins em arregimentar sua própria parentela, e mesmo conquistar a adesão de outros grupos familiares do Piauí à causa da Independência foi fundamental para o sucesso do movimento.

O certo é que deposto o Governo fiel a Portugal, Manoel de Sousa Martins e seus aliados assumiram o Governo do Piauí e proclamaram a adesão da Província ao Império do Brasil em 24 de janeiro de 1823. Diante do ocorrido, as tropas portuguesas, até então sediadas em Parnaíba, começam a fazer o caminho de volta para Oeiras, com o objetivo de sufocar o movimento de rebelião. No retorno, nas proximidades da Vila de Campo Maior, a uns 300 Km de Oeiras, Fidiè e seus soldados enfrentam tropas brasileiras, organizadas pelos piauienses, mas também por cearenses e baianos.

³¹ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006.

³² GARDNER, Georges. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1975. p.126-127.

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O perigo das tropas comandadas por Fidié era claro, mas o risco poderia ser acrescido, se viessem reforços do Maranhão, que se mantinha fiel a Portugal e resoluto em evitar que a rebelião se alastrasse do Piauí para lá. Assim, desde o momento em que o governador do Maranhão tomou conhecimento das movimentações em Parnaíba e posteriormente em Oeiras, tratou de reforçar as defesas maranhenses nas margens do rio Parnaíba, procurando evitar que os insurgentes do Piauí e do Ceará atravessassem o rio e atacassem as vilas e cidades do Maranhão.³³

Em 13 março de 1823, ocorreu um combate nas proximidades da Vila de Campo Maior, onde enfrentaram-se as tropas portuguesas, armados e com treinamento militar e contando com peças de artilharia, e as tropas brasileiras, formadas por homens mal armados, com pouco e mesmo sem nenhum treinamento militar, equipados com armamento diverso que iam das armas de fogo, passando pelas espadas, facões, arcos e flechas e chegando às foices, machados e mesmo a pedaços de madeira.³⁴ Homens arregimentados no ímpeto de um nascente espírito de patriotismo, por um desejo de algo mágico, mas possivelmente indefinido, chamado liberdade, e ainda por uma forte dose de lealdade pessoal aos potentados rurais que capitaneavam o movimento de independência no Piauí e no Ceará.

A referida batalha entre as tropas leais a Portugal e as tropas brasileiras nas margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior, se processou por cinco horas de combate, que iniciados às 9 horas da manhã se estendeu até às 14 horas, quando os brasileiros resolveram sair do campo de batalha, para se reorganizarem, pois estavam exaustos, e em desvantagem na batalha, diante da superioridade das tropas portuguesas. Enquanto os brasileiros contabilizavam mais de 200 mortos, as tropas portuguesas somavam aproximadamente 20 óbitos. No entanto, ao final da batalha, o comandante português contabilizou uma perda inesperada que desestabilizaria a tropa e seus planos ofensivos, os brasileiros haviam atacado sua retaguarda e tomado parte de sua bagagem de guerra: armas, munição, mantimentos e parte dos despojos de guerra saqueados na Vila de Parnaíba.³⁵

³³ NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.132 -141.

³⁴ NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.142 -150.

³⁵ NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p.1148 -149.

Como resultado do conflito, os brasileiros foram derrotados, mas as tropas de Fidié ficaram desestabilizadas com o combate e a perda das bagagens. Diante do desgaste, Fidié resolve desistir de sua marcha sobre a Vila de Campo Maior e em seguida para Oeiras, ao invés dessa ofensiva em território piauiense, resolve atravessar o rio Parnaíba e entrincheirar suas tropas na cidade de Caxias, no Maranhão. O cálculo de Fidié, possivelmente foi o de que seria melhor fortalecer as bases da defesa militar do Maranhão, que continuava fiel à causa portuguesa e, conseqüentemente, evitar a sua queda. Feito isso, em momento futuro, contando com apoio militar vindo de Portugal, poderia voltar ao Piauí e mesmo reconquistá-lo.³⁶

As históricas vinculações entre as duas capitanias as uniam nesse momento conturbado, havia interdependências políticas, o Piauí era parte da unidade eclesiástica do Bispado do Maranhão, mas também havia ligações econômicas, o comércio do Piauí era fortemente dependente das praças comerciais do Maranhão, particularmente de Caxias, onde agora se concentravam tropas leais a Portugal. Além disso, a proximidade geográfica criara outros vínculos, de dependência e de afinidade, grupos familiares comuns se espalhavam nos dois lados do Parnaíba, enfim, o processo de adesão do Piauí ao Brasil, só estaria concluído quando o processo no Maranhão também fosse vitorioso.

Pressionado por forças políticas e militares do Maranhão, pelas tropas brasileiras formadas por cearenses e piauienses, que depois da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, cruzaram o rio Parnaíba, e seguiram no encalço de Fidié, agora fazendo um combate de escaramuças e guerrilhas e, também, contando com os reforços militares enviados pelo Príncipe Regente, o Governo pró-Portugal de São Luís, capital do Maranhão, cede às pressões e o Maranhão finalmente proclama sua adesão à independência do Brasil em 28 de julho de 1823. Dias depois, em 31 de julho de 1823, encerram-se os confrontos militares, e as negociações levam à rendição e à deposição das armas pelas tropas fiéis a Portugal na cidade de Caxias. Concluída a adesão do Maranhão ao Brasil, o processo também estava encerrado no Piauí.

Ao final e ao cabo dessa explanação, o que queremos enfatizar é que a adesão política das províncias do norte, particularmente do Piauí e do Maranhão ao projeto político de independência do Brasil, se deveu, em parte significativa, aos esforços militares das tropas expedicionárias do Ceará e do Piauí, que, depois de favorecerem à

³⁶ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí**. Teresina: FUNDAPI. 2006. p. 218.

O PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

adesão do Ceará e Piauí, cruzaram o rio Parnaíba e assumiram relevante papel no enfrentamento de tropas lusitanas no Maranhão, particularmente na cidade de Caxias.

Sem desmerecer o valor e a contribuição das forças militares enviadas por D. Pedro ao norte do Brasil para pressionar a rendição das tropas e dos grupos políticos fiéis a Portugal sediados em São Luís, capital do Maranhão, acreditamos ser importante frisar que não menos importante foi a união de esforços militares de outras capitanias que, depois de conseguirem a adesão do Ceará e do Piauí, atravessaram o rio Parnaíba para auxiliar as forças emancipacionistas no Maranhão, sem esse esforço coletivo, o processo histórico teria outro enredo e o seu desfecho poderia ser distinto.

Em meados de 1823, o processo de adesão das províncias do norte do Brasil, particularmente do Piauí e do Maranhão, ao nascente Império brasileiro estava concluído. No entanto, as negociações em torno da formação do Estado Nacional, dos parâmetros a serem estabelecidos entre o novo centro de poder, no Rio de Janeiro, e suas províncias estava em curso e seria motivo de novos embates e negociações, a depender das convicções políticas dos grupos envolvidos no processo. Para outros, o principal agora era a busca por mercês, como forma de recompensa pelos feitos realizados em favor da causa do Brasil, e que seriam convertidas em nomeações para cargos na administração provincial ou imperial, ou ainda em forma de títulos honoríficos.

No Piauí essas questões se fazem presentes na nomeação para a Presidência da Província no pós-movimento de adesão. As preferências do agora imperador D. Pedro I recaem sobre Simplício Dias da Silva, no entanto, ele demora a aceitar a mercê imperial, possivelmente por discordar dos caminhos que o governo imperial tomava na Corte, pois o grupo político de Parnaíba acaba por envolver-se na Confederação do Equador em 1824. Isso fez com que a nomeação recaísse, por fim, em favor de Manuel de Sousa Martins, que mais que ser agraciado com o cargo de presidente de Província, foi também contemplado com um título de Barão da Parnaíba. Ao final e ao cabo do processo, o cálculo e a habilidade política de Sousa Martins, e com ele sua parentela, foram os grandes beneficiados de toda a movimentação emancipacionista.

Consolidado o domínio dos Sousa Martins no governo provincial do Piauí, o agora Barão da Parnaíba tomará todos os cuidados necessários para favorecer a sua parentela, deixando fora dos cargos relevantes da Província políticos ligados a outras parentelas que não se colocavam sob seu controle. O governo do Barão da Parnaíba prosseguirá, quase sem interrupções, entre 1823 e 1843. Essa situação política, aliada à frustração das

camadas populares, que se viram alijadas de todo e qualquer benefício com a nova situação do Brasil, agora nação independente, com governo próprio, servirá como estopim para novas movimentações políticas e militares que eclodirão no Piauí e no Maranhão nos anos de 1839 a 1842. Isso explica o surgimento da rebelião Balaiada, que, de certa forma, teve vínculos com a decepção de alguns grupos com os arranjos políticos e com a manutenção da realidade social do Brasil, do Piauí e do Maranhão no período pós-emancipação.